



## RELATÓRIO DE GESTÃO E REALIZAÇÕES INSTITUCIONAIS — EXERCÍCIO 2025

### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

#### APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão tem por finalidade apresentar as principais ações, resultados institucionais, avanços administrativos e iniciativas estratégicas desenvolvidas pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco ao longo do exercício de 2025.

As medidas implementadas no período foram orientadas pelo fortalecimento institucional, ampliação do acesso à justiça, modernização administrativa, transformação digital, governança pública, transparência institucional e promoção dos direitos humanos, observando os princípios constitucionais da eficiência, legalidade, publicidade e interesse público.

Ao longo do exercício, a Defensoria Pública consolidou importantes avanços estruturais e administrativos, fortalecendo sua atuação como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, nos termos do art. 134 da Constituição Federal.

As ações desenvolvidas evidenciam o compromisso institucional com a melhoria contínua dos serviços públicos prestados à população vulnerável, mediante planejamento estratégico, responsabilidade fiscal, fortalecimento da gestão administrativa e ampliação das políticas públicas de acesso à justiça.

---

#### 1. EXPANSÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL

No exercício de 2025, a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco deu continuidade ao processo de expansão, reestruturação e interiorização dos serviços institucionais, promovendo melhorias estruturais relevantes em unidades de atendimento da capital, Região Metropolitana e interior do Estado.

Destacam-se as remodelações, transferências e reestruturações das unidades de:

- Jaboatão dos Guararapes;
- Escada;
- São José do Egito;
- Goiana;
- Núcleo de Caruaru, em fase conclusiva.



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO

Além disso, foi realizada a aquisição do imóvel destinado ao funcionamento do Núcleo de Afogados da Ingazeira, representando importante avanço patrimonial e estrutural da Instituição.

As medidas adotadas contribuíram diretamente para:

- Melhoria das condições de atendimento;
- Fortalecimento da presença institucional;
- Ampliação do acesso à justiça;
- Interiorização da assistência jurídica gratuita;
- Qualificação da infraestrutura administrativa e operacional.

A expansão institucional observou diretrizes de planejamento estratégico e racionalização administrativa, buscando garantir maior eficiência na prestação dos serviços públicos defensorais.

## **2. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**

Ao longo de 2025, a Defensoria Pública intensificou ações voltadas à modernização administrativa e ao fortalecimento da transformação digital institucional.

Foram promovidos investimentos em tecnologia, inovação e aperfeiçoamento dos fluxos internos, com realização de capacitações voltadas ao uso de inteligência artificial e modernização de procedimentos administrativos, especialmente nas áreas de gestão, planejamento e atividades-meio.

As iniciativas buscaram:

- Otimização dos fluxos administrativos;
- Racionalização de procedimentos;
- Incremento da eficiência operacional;
- Fortalecimento da governança institucional;
- Melhoria da prestação dos serviços públicos.

No campo da estrutura administrativa, destaca-se a implementação das alterações promovidas pela Lei Complementar Estadual nº 555/2024, responsável pelo aperfeiçoamento organizacional da Instituição e fortalecimento dos mecanismos de governança e eficiência administrativa.

No âmbito da valorização institucional, foram implementadas medidas relacionadas:

- Ao reforço do quadro de estagiários;
- Ao reajuste das bolsas institucionais;
- À instituição do auxílio-tecnologia;
- À regulamentação do reembolso decorrente de acúmulo de acervo processual, observada a disponibilidade orçamentária.



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO

As medidas adotadas reforçam o compromisso institucional com a modernização da administração pública, melhoria das condições de trabalho e fortalecimento da capacidade operacional da Defensoria Pública.

### **3. FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS**

No exercício de 2025, a Defensoria Pública avançou significativamente na valorização da política institucional de gestão de pessoas e fortalecimento da estrutura funcional.

Destaca-se o avanço do concurso público institucional, em fase final de execução, com previsão de nomeações para o exercício de 2026, medida destinada à ampliação da capacidade operacional da Instituição e fortalecimento da prestação jurisdicional à população pernambucana.

Também foram implementadas políticas institucionais voltadas à promoção da equidade e proteção à maternidade, dentre as quais:

- Instituição do Regime Especial de Trabalho Virtual para Defensoras Públicas genitoras;
- Manutenção da acumulação funcional durante licença-maternidade.

As medidas refletem o compromisso institucional com:

- Proteção à infância;
- Promoção da equidade de gênero;
- Valorização humana;
- Inclusão institucional;
- Respeito às garantias constitucionais e sociais.

### **4. PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL**

A Defensoria Pública ampliou sua atuação em políticas públicas de cidadania, inclusão social e proteção de grupos vulnerabilizados, promovendo ações institucionais voltadas à efetivação dos direitos fundamentais e ampliação do acesso à justiça.

Dentre as iniciativas de destaque, ressalta-se a participação na campanha “Meu Pai Tem Nome”, mediante realização de atendimentos gratuitos, reconhecimento de paternidade e exames de DNA em diversas regiões do Estado.

A Instituição também intensificou ações voltadas à proteção:

- Das mulheres;
- Das crianças e adolescentes;
- Da população idosa;
- Das pessoas com deficiência;
- Da população negra;
- Da população indígena;
- Da população LGBTQIAPN+;



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO

- De famílias em situação de vulnerabilidade social.

As ações foram desenvolvidas mediante atendimentos especializados, mutirões, campanhas institucionais e participação em ações interinstitucionais voltadas à promoção da cidadania e defesa dos direitos humanos.

## **5. ATUAÇÃO ESTRATÉGICA E DEFESA DOS DIREITOS COLETIVOS**

Ao longo de 2025, a Defensoria Pública consolidou importante atuação judicial estratégica na defesa dos direitos coletivos e individuais homogêneos, especialmente em matérias relacionadas:

- Ao direito à moradia;
- Ao acesso à saúde;
- À proteção de crianças e adolescentes;
- À garantia de direitos sociais;
- À proteção da população vulnerável.

A atuação institucional possibilitou a obtenção de decisões judiciais relevantes, inclusive medidas liminares voltadas à proteção de famílias em situação de vulnerabilidade habitacional, tratamentos de saúde e garantia de direitos fundamentais.

A Defensoria Pública também atuou de forma estratégica em demandas envolvendo concursos públicos, proteção social e acesso a políticas públicas essenciais, reafirmando sua função constitucional de promoção da cidadania e acesso democrático à justiça.

## **6. GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL**

No exercício de 2025, a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco consolidou importantes avanços em governança pública, transparência institucional e fortalecimento dos mecanismos de controle e integridade administrativa.

Destaca-se a conquista do Selo Diamante em Transparência Pública da ATRICON — Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil —, mais elevado nível de certificação do Programa Nacional de Transparência Pública.

A certificação representa reconhecimento nacional do compromisso institucional com:

- Transparência pública;
- Acesso à informação;
- Responsabilidade administrativa;
- Governança;
- Ética institucional;
- Fortalecimento do controle social.

A Instituição também ampliou o diálogo institucional com órgãos de controle, entidades públicas, instituições de ensino e demais atores do sistema de justiça, fortalecendo ações



cooperativas voltadas ao aprimoramento da gestão pública e qualificação dos serviços institucionais.

## **7. CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

A Escola Superior da Defensoria Pública intensificou suas atividades acadêmicas e institucionais ao longo do exercício de 2025, promovendo cursos, seminários, palestras, capacitações e eventos voltados ao aperfeiçoamento técnico e atualização jurídica de defensores públicos, servidores e colaboradores.

As ações desenvolvidas buscaram:

- Fortalecimento institucional;
- Aprimoramento técnico;
- Desenvolvimento profissional contínuo;
- Qualificação da prestação jurisdicional;
- Modernização da atuação defensorial.

As iniciativas também contribuíram para o fortalecimento da produção acadêmica e do debate institucional acerca de temas relevantes para o sistema de justiça e defesa dos direitos fundamentais.

## **8. PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL**

Destaca-se, ainda, o lançamento do programa “Meu Nome é Ancestral”, iniciativa pioneira voltada à garantia do direito à identidade dos povos indígenas, desenvolvida pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco durante a Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se.

A ação foi realizada junto à comunidade indígena Xukuru do Ororubá, no município de Pesqueira/PE, possibilitando a retificação de registros civis para inclusão de nomes indígenas, etnias, grupos familiares e grafias em língua originária, em conformidade com a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 12/2024 e com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, pluralidade cultural e autodeterminação dos povos originários.

A iniciativa contou com atuação interinstitucional envolvendo órgãos do sistema de justiça, cartórios de registro civil, órgãos de assistência indígena e lideranças comunitárias, consolidando importante política pública de promoção da cidadania, inclusão social, reconhecimento indenitário e fortalecimento dos direitos humanos das populações indígenas no Estado de Pernambuco.

A atuação institucional projetou a Defensoria Pública de Pernambuco como referência nacional em ações voltadas à promoção do acesso inclusivo à documentação civil e proteção dos direitos dos povos originários.

## **9. CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL E RESULTADOS ALCANÇADOS**



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO

As realizações administrativas, estruturais e institucionais desenvolvidas ao longo de 2025 evidenciam o compromisso da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco com o fortalecimento da cidadania, promoção dos direitos humanos, modernização administrativa e ampliação do acesso à justiça.

Os avanços obtidos no período demonstram a consolidação de uma gestão pautada:

- No planejamento estratégico;
- Na responsabilidade fiscal;
- Na eficiência administrativa;
- Na transparência pública;
- Na governança institucional;
- Na valorização das pessoas;
- Na transformação social.

A Defensoria Pública de Pernambuco encerra o exercício de 2025 mais estruturada, moderna, eficiente e preparada para continuar cumprindo sua missão constitucional de garantir assistência jurídica integral e gratuita à população em situação de vulnerabilidade.